

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE-----**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, reuniu pelas vinte e uma horas, na sala de sessões da Sede do Município, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

- 1. Expediente. -----**
- 2. Atas. -----**
- 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----**
  - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018; -----**
  - b) Mapa de Pessoal 2018; -----**
  - c) Apoio às freguesias do Município a atribuir no ano de 2018; -----**
  - d) Terceira Revisão ao Orçamento de 2017; -----**
  - e) Contratação de fornecimento de energia elétrica – Repartição de encargos.-----**
- 4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----**

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Rui Manuel Maria Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

**Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal,** Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Óscar Domingues Ramos e Francisco Maria Carrajola de Sousa. -----

**Não compareceram os membros:** José Matos Cascão da Silva. -----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----**

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA -----**

A Senhora Presidente, Paula Lopes, deu conhecimento de que o Senhor José Matos Cascão da Silva, eleito do PS, se fazia substituir, na presente sessão, pela **Senhora**

**Raquel Louro Vieira Correia**, em conformidade com o previsto no nº 78º, da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

**COMISSÃO DE UTENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTIAGO DO CACÉM – FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO E DOS SERVIÇOS DA SEGURANÇA SOCIAL.**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Dinis Silva, inscrito para o efeito, o qual, em nome da Comissão de Utentes cumprimentou e desejou a todos os presentes um Bom Natal e que o ano de dois mil e dezoito seja de reposição dos direitos dos utentes com a melhoria dos Serviços Públicos.-----

Mais referiu que pretendia colocar duas questões, sendo uma relativa ao **Hospital do Litoral Alentejano (HLA)** e outra sobre os serviços da **Segurança Social no Município.**-----

Sobre a primeira, começou por referir que graças à luta dos utentes e de alguns autarcas as unidades de cuidados paliativos e de convalescença não encerraram.-----

Acrescentou que persistem outros problemas naquele Hospital, cuja resolução os utentes vêm reivindicando, há mais de dez anos, junto da Administração do mesmo, da Direção Regional de Saúde e do Ministério da Saúde, nomeadamente no que respeitava às obras de ampliação das Urgências, cuja conclusão só está prevista para outubro do próximo ano, esperando que não se repita a situação das obras no Centro de Saúde de Alvalade que se arrastam no tempo.-----

**Sobre o encerramento dos serviços da Segurança Social, na Sede do Município,** referiu que não se processou da forma mais correta, dado que não foi prevista uma alternativa, na Cidade, obrigando os utentes a suportar custos acrescidos com a deslocação a Santo André e a Setúbal. Pelo que, solicitou à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal que diligenciassem junto do Ministério da Tutela, para que sejam repostos aqueles serviços na Cidade de Santiago do Cacém.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual informou que tinha tido uma reunião com o ex-Secretário de Estado da Saúde, havia quinze dias, o qual lhe transmitiu que até ao final do ano em curso iam ser tomadas medidas para o reforço de recursos humanos naquele **Hospital.**-----

Mais referiu que aquela Unidade de Saúde estava subfinanciada, à qual é atribuída uma verba de quinhentos e dezasseis euros por habitante, sendo uma das verbas mais baixas do País, e não tem em conta o aumento da população nos meses de verão, bem como de pessoal temporário do Complexo Industrial de Sines e a população prisional do Pinheiro da Cruz, que compreendem um aumento aproximado de mais seis mil pessoas a juntar aos cerca de cem mil utentes dos municípios do Litoral Alentejano. Acrescentou que chegou a haver uma proposta da Tutela para baixar ainda mais aquele rácio, mas, segundo as últimas informações, o valor a atribuir será de quinhentos e trinta e três euros e meio *per capita*, o que se traduz num aumento de um milhão e seiscentos mil euros.

Informou ainda que a Câmara Municipal alertou os responsáveis do Ministério da Saúde para os graves problemas que aquele Hospital enfrenta, os quais podem vir a pôr em causa a sua idoneidade, deixando o mesmo de poder fazer internatos médicos, o que seria muito grave. Acrescentou que esta faculdade é concedida pela Ordem dos Médicos e quando retirada é difícil reverter a situação.-----

Mais informou que o Senhor Secretário de Estado assumiu o compromisso de resolver grande parte dos problemas. Contudo, aquele governante deixou o cargo, pelo que, vai ser necessário aguardar pelas medidas que a nova Secretária de Estado irá tomar sobre a

situação, sendo que, a mesma conhece bem a região e os problemas daquele Hospital, dado que presidiu à Administração Regional de Saúde do Alentejo. -----  
No referente à questão dos **Serviços da Segurança Social**, informou que a Câmara Municipal foi confrontada com aquela decisão através de um contacto feito por responsáveis daqueles Serviços, no sentido de saberem se a Autarquia podia disponibilizar um espaço para a questão dos Atestados Médicos. Acrescentou que não se tratava de uma situação nova, dado que numa reunião que tinha tido lugar com a Segurança Social, havia algum tempo, o problema das condições das instalações já tinha sido levantado, não tendo a Câmara Municipal, na altura, instalações que pudesse ceder para o efeito, sendo que, entretanto, houve dois espaços que ficaram vagos, no edifício do Mercado Municipal, o que foi comunicado à Segurança Social, cujos responsáveis ficaram de avaliar as condições dos mesmos.-----

Mais informou que aquando da reunião com a Segurança Social, foi sugerido a transferência daqueles Serviços para o edifício da antiga Zona Agrária, propriedade do Estado, sito em frente das instalações alugadas ondem funcionavam os Serviços da Segurança Social, tendo os responsáveis dos mesmos informado que o edifício precisava de obras e que não dispunham de verbas para as executar, pelo que, se não houvesse alternativa na Sede do Município, iriam centralizar os serviços de atendimento social nas instalações sitas na Cidade de Vila Nova de Santo André e os atestados médicos seriam tratados em Setúbal, tendo a Câmara Municipal transmitido que estava contra esta decisão, porque ela ia penalizar as pessoas que se deslocavam do interior do Município, com a agravante da rede de transportes públicos não dar resposta às necessidades dos utentes.-----

Mais informou que foi também solicitado à Câmara Municipal para ver com a Administração da empresa Rodoviária a possibilidade de criar uma paragem junto às Residências do Pinhal, no sentido dos serviços gerais de atendimento virem a funcionar, durante algum tempo, naquele edifício da Santa Casa da Misericórdia, ao qual a Rodoviária acedeu, pelo que, a Autarquia irá também intervir no sentido de melhorar o piso naquele local. -----

Concluiu, referindo que a Câmara Municipal defende que os Serviços da Segurança Social devem permanecer na Sede do Município e que a Câmara Municipal está disponível para continuar a fazer parte de uma solução que vá de encontro aos interesses dos utentes.-----

#### -----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, foi apresentada a seguinte proposta da Mesa da Assembleia: -----

#### **“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ RAPOSO NOBRE-----**

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em Sessão Ordinária, no dia 22 de dezembro de 2017, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento, no dia 8 de dezembro, de José Raposo Nobre, eleito, em 1976, Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. -----

Entre 1977 e 1979 presidiu à Câmara Municipal contribuindo na época para a melhoria do bem estar e qualidade de vida da população. -----

José Raposo Nobre foi um homem da cultura, esteve à frente da gerência do Cinema de Alvalade, entre 1959 e 1973. Organizou e apresentou, além do cinema, espetáculos de variedades com grandes artistas da TV, da Rádio e do Cinema da época. Foi um dos quatro fundadores do Futebol Clube Alvaladense. Foi membro executivo da Junta de

Freguesia de Alvalade. Desde 1998 que fazia parte dos Órgãos Diretivos da Casa do Povo de Alvalade. -----

Pelo seu trabalho, dedicação e perseverança a Assembleia e Câmara Municipal de Santiago do Cacém atribuíram-lhe a Medalha de Mérito Municipal em 2013. -----

À sua Família a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém apresenta as mais sentidas condolências. -----

**Aprovada, por unanimidade.** -----

**Pelo Senhor Luís do Ó, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta:**-----

**“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ZÉ PEDRO.**-----

José Pedro Amaro dos Santos Reis nasceu à meia-noite, de 13 para 14 de setembro de 1956, em Lisboa, e faleceu no dia 30 de novembro de 2017. Contava 61 anos de idade e desde jovem que sonhava ter uma banda rock. E teve. -----

Os Xutos & Pontapés construíram uma carreira recheada de sucessos, marcando de forma indelével diversas gerações de portugueses. Êxitos como “Contentores”, “A minha Casinha”, “Remar Remar”, “Homem do Leme”, “N’America” ou “Não Sou o Único” são apenas algumas das canções que ficarão para sempre na nossa memória coletiva. O grupo deu o seu primeiro concerto, no dia 13 de janeiro de 1979, na Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, e foi noutra Sociedade Filarmónica, na Filarmónica União Artística, em 1982, que tocaram pela primeira vez em Santiago do Cacém. -----

Em 1983, os Xutos & Pontapés regressaram para mais dois espetáculos no nosso concelho, no Ringue de Patinagem dos Bombeiros, em Santiago, e no Pavilhão do Estrela, em Vila Nova de Santo André. E seguiram-se mais visitas, incluindo as atuações de 25 de Abril de 2005 e a mais recente, em 2 de junho de 2013, na Santiago. Nesse último concerto no nosso concelho, Zé Pedro fez menção, em palco, aos amigos que tinha desde há muitos anos em Santiago do Cacém e em Vila Nova de Santo André, referindo, ainda, as bandas Xupetas & Fraldinhas e k2o3. -----

A amizade entre o grupo de Santiago do Cacém, Xupetas & Fraldinhas e os Xutos & Pontapés foi, efetivamente, intensa e a banda do nosso concelho chegou, em 1983, a tocar duas vezes com Xutos num mesmo dia. De tarde, na festa do 1º de maio da UGT, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, e de noite, em Pedrouços. -----

Zé Pedro tinha qualidades especiais e sempre foi um entusiasta divulgador de músicas e de músicos. A simpatia, o sorriso e a generosidade ficarão para sempre associados a esta lenda da música rock portuguesa, que não hesitava em apoiar outros músicos. -----

O grupo k2o3, constituído por dois elementos de Santiago do Cacém e dois elementos de Vila Nova de Santo André, tocou em 1 de novembro de 1995, no bar de Zé Pedro, Johnny Guitar, em Lisboa. A seguir a esse espetáculo declarou a uma rádio que tinha gostado imenso dos k2o3 e prometeu que tudo iria fazer para os apoiar. Através dele, os k2o3 chegaram à editora El Tatu e, dois meses depois, entraram em estúdio para gravarem o seu primeiro álbum, “És Capaz!”. -----

Zé Pedro participou, igualmente, no concerto de apresentação desse disco em Santiago do Cacém e os k2o3 foram a banda oficial de primeiras partes de Xutos & Pontapés em 1996 e 1997. -----

Mais recentemente, em 28 de novembro de 2014, Zé Pedro esteve em Santiago do Cacém, onde participou numa Conferência organizada pela Paróquia, em que partilhou a sua experiência de vida. Também nestes últimos cinco anos, colaborou de forma empenhada com amigos seus, naturais do nosso concelho, tanto nos bastidores de um disco como para um livro de entrevistas. -----

De todos os grupos históricos da música portuguesa, a banda Xutos & Pontapés foi a que mais vezes atuou no nosso concelho, quer num período inicial da sua carreira quer depois de já se ter elevado a ícone do rock português. -----

A última vez que Zé Pedro subiu a um palco foi no dia 4 de novembro, num Coliseu dos Recreios totalmente esgotado e que o ovacionou prolongadamente naquele que foi o concerto de encerramento da digressão deste ano dos Xutos & Pontapés. Após esse espetáculo mágico, Zé Pedro publicou aquela que seria a sua última publicação no facebook, agradecendo, até ao fim, a música, o palco e a vida: -----

*“Tentei e tento dar sempre o melhor de mim. O vosso carinho, o vosso amor, a vossa energia, toda a força que me transmitem é-me tão forte e vital que só posso humildemente agradecer... Obrigado também a todos os que ontem gritaram o meu nome e fizeram com que tivesse força para continuar naquele palco até ao fim.”* -----

Nós é que agradecemos. -----

Muito obrigado, Zé Pedro. -----

Neste momento de luto, a Bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, na sua sessão de 22 de dezembro de 2017, delibere manifestar o seu mais profundo pesar à família e ao grupo Xutos & Pontapés.” -----

**Aprovada, por unanimidade.** -----

Pela Senhora Teresa Alves, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

**“Moção-----**

**Pela Reabertura da Repartição da Segurança Social em Santiago do Cacém** -----

No passado dia 14 de dezembro a população de Santiago do Cacém viu-se confrontada com o encerramento da Repartição da Segurança Social por degradação do edifício onde estava instalada, com o ato já consumado e sem qualquer aviso prévio. -----

Além da situação anteriormente exposta e sem aviso prévio, está agora obrigada a fazer 30km para ter acesso aos serviços da Segurança Social, sendo que no caso da Avaliação das Incapacidades os utentes têm de se deslocar 100km, por o serviço ter sido deslocalizado para Setúbal. -----

Considerando que a Segurança Social sabia, já há algum tempo, que o edifício estava degradado e que precisaria de obras, sendo o seu encerramento cada vez mais certo. ----

Considerando que não procurou soluções atempadas, preferindo encerrar os serviços quando o edifício deixou de ter condições. -----

Considerando que até hoje mantém a repartição encerrada sem garantias ou datas aproximadas para a sua reabertura, obrigando a população a grandes deslocações. -----

**A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 22 de dezembro de 2017:**-----

**1. Mostra-se solidária com a população contra o encerramento da Repartição da Segurança Social em Santiago do Cacém.** -----

**2. Exige que a Segurança Social encontre uma solução rápida, de maneira a permitir a reabertura dos seus serviços em Santiago do Cacém.”** -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referindo que a proposta de Moção apresentada pela CDU contrariava, em parte, a informação que tinha sido dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto, nomeadamente os contactos com responsáveis da Segurança Social e os esforços que estão a ser desenvolvidos para que aqueles Serviços não saiam da Cidade de Santiago do Cacém. Acrescentou que a Segurança Social tem um espaço próprio na Freguesia de Santo André, tendo investido

no mesmo, sendo que, também têm sido feitos contactos com o Senhor Presidente da Câmara Municipal que já disponibilizou instalações para o efeito. -----

Pelo exposto, considerava que a Moção era extemporânea, pelo que, a bancada do PS não podia estar de acordo com a mesma. -----

O Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referiu que a Moção vinha reforçar a posição dos eleitos na Assembleia Municipal, indo ao encontro das necessidades da população.

Interveio o Senhor Rui Vieira, referindo que tinha percebido que o objetivo da Moção era no sentido de reforçar a vontade da população de continuar a dispor daqueles Serviços na Sede do Município, considerando que, assim sendo, não existia nenhuma contradição com o que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo que, o voto do BE iria ser a favor. -----

A proponente da Moção, Senhora Teresa Alves, confirmou que a intenção da apresentação da proposta de Moção era no sentido de reforçar a vontade dos utentes no sentido da reabertura daqueles Serviços, o mais rapidamente possível, na Cidade de Santiago do Cacém, por forma a evitar mais deslocações. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que a Moção fazia sentido e que ia merecer o apoio da Coligação que representava, considerando que era preocupante o desinvestimento público por parte do Estado, quando tinha um edifício devoluto na Cidade, não dispondo a Segurança Social de verbas para as obras. Acrescentou que era impensável o Município não dispor daquele Serviço, quando era o terceiro Município do Alentejo com mais população. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz e um do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira. -----

Quatro votos contra de eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva. -----

Duas abstenções, de eleitos do PS, senhoras Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Raquel Louro Vieira Correia. -----

#### **HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO (HLA) – FUNCIONAMENTO -----**

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos sobre o funcionamento do Hospital do Litoral Alentejano (HLA), referindo que como Autarca e Deputado na Assembleia da República tem reunido com a Administração do Hospital, considerando preocupante a falta de investimento financeiro no mesmo, e que era gritante a falta de médicos, de enfermeiros e de outro pessoal de Saúde, porque o Ministério da Saúde não permite o aumento da despesa e, conseqüentemente, não é possível a alteração do mapa de pessoal, para

recrutamento de mais efetivos, o que obriga o Hospital a recorrer à contratação externa de serviços.-----

Mais referiu que gostaria de saber se as medidas que vão ser tomadas incluem a possibilidade de alteração do mapa de pessoal. -----

Referiu ainda que ficava satisfeito pelo início das obras nas urgências, lembrando que a verba para a realização das mesmas estava contemplada no orçamento daquela Unidade, mas o processo ficou parado no Ministério das Finanças, durante um ano e meio. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a informação transmitida pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde foi de que o quadro de pessoal daquele Hospital estava esgotado, sendo necessário proceder à sua alteração. -----

Mais referiu que a Administração do Hospital não tinha autonomia financeira para contratar mais pessoal, mas que o Hospital ia ser reforçado com profissionais da Saúde, no inverno, no período de contingência da gripe, pelo que, a Administração ia tentar que fossem incluídos no quadro de pessoal. -----

Acrescentou que o rácio de enfermeiros daquele Hospital é de dois ponto quatro, enquanto o Hospital de Beja é de quatro ponto nove e o do Funchal é de oito ponto seis. Lembrou ainda que não se tratava de uma situação nova, dado que este assunto foi muito discutido na Câmara e na Assembleia Municipal durante o Governo PSD/CDS-PP, e que o funcionamento daquele Hospital se deve a um grande esforço e dedicação de todo o pessoal que nele trabalha.-----

Recordou também as lutas das populações, ao longo de muitos anos, através de manifestações, caminhadas e outras iniciativas, para construção daquele Hospital, e que os problemas no mesmo se vêm arrastando no tempo, sem que os sucessivos governos PS e PSD tenham tomado as medidas necessárias para a sua resolução. -----

Mais referiu que partilhava das preocupações da Comissão de Utentes, acrescentando que a CDU tomou, várias vezes, posição sobre este assunto nas reuniões dos órgãos autárquicos e que os eleitos do PSD votaram contra quando este Partido estava no Governo, tomando posição diferente quando estão na oposição. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal resultava de o mesmo se sentir incomodado pelo facto do Partido pelo qual foi eleito, o PCP, fazer parte da solução do atual Governo, ao lado do qual votava.-----

Acrescentou que no PSD havia espírito crítico e que os seus membros até votavam contra algumas propostas do mesmo, ao contrário de outros partidos onde todos pensam da mesma maneira. -----

Mais referiu que embora a situação do Hospital não fosse nova, considerava que a mesma se tem vindo a agudizar nos dois anos do atual Governo, o qual tem o apoio da CDU, acrescentando que nunca se tinha chegado a uma situação tão grave, considerando que era preocupante o estrangulamento existente no funcionamento daquela Unidade de Saúde.-----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo que o PCP, na Assembleia da República, votava contra, em muitas matérias, e apresentava propostas que não eram aprovadas, porque o PSD votava ao lado do Governo PS. Mais referiu que não se podia responsabilizar a CDU pela não resolução deste e de outros problemas e que esta Força Política tem estado sempre ao lado das populações, lutando pelos seus interesses. Acrescentou que nunca viu o Senhor Pedro do Ó nem outros deputados do PSD nas manifestações de protesto, junto das populações.-----

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referiu que na Assembleia Municipal, quando se tratava de questões de interesse das populações, os eleitos deviam deixar de parte o partidarismo e conjugar esforços para a resolução dos problemas locais e regionais. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, começando por referir que houve sempre muitos problemas desde o início do processo daquele Hospital, o qual nunca foi muito amado pelo poder político devido a questões que ultrapassavam o Município. -----  
Mais referiu que se tratava de uma Unidade de Saúde que serve também outros municípios do Litoral Alentejano, pelo que, considerava que o problema devia ser colocado pela CIMAL a nível da Tutela e até na Assembleia da República, para que seja encontrada uma base de entendimento que leve à resolução dos problemas, a fim de assegurar às pessoas o seu direito a cuidados de saúde.-----

#### **SEGURANÇA SOCIAL NO MUNICÍPIO – FUNCIONAMENTO-----**

A Senhora Susana Pádua, eleita do PS, referiu que era preocupante a situação de prestação de Serviços da Segurança Social no Município, conforme o que foi manifestado pela Comissão de Utentes, mas considerava que era preciso não esquecer os serviços de proximidade prestados à população, dado que a Segurança Social se deslocava, semanalmente, a Cercal do Alentejo, Abela e Alvalade, lamentando que tenha deixado de ir a Ermidas-Sado, embora não tenha registado grandes preocupações quando esta situação aconteceu. Acrescentou que havia que lutar por todas as freguesias e pela igualdade de direitos de toda a população.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara e a Assembleia Municipal tomaram posição relativamente ao facto dos serviços da Segurança Social deixarem de se deslocar a Ermidas-Sado e também por terem suspenso o atendimento permanente nas outras freguesias mencionadas.-----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo não perceber a posição da bancada do PS sobre esta situação, dado que os governos PS eram os maiores responsáveis pelo encerramento de serviços públicos de proximidade. Acrescentou que também não compreendia a posição dos mesmos relativamente à Moção apresentada pelos eleitos da CDU, a qual sempre defendeu aqueles serviços. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Assembleia e a Câmara Municipal farão o possível para que os serviços públicos de proximidade se mantenham nos locais onde são necessários. -----

#### **ESTACIONAMENTO NA ESTRADA DE SANTA CRUZ-----**

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que a atual situação do estacionamento naquela via preocupava os moradores, dado que não têm estacionamento à porta de casa, o que lhes causa alguns constrangimentos, sobretudo aos mais idosos, questionando sobre o que a Câmara Municipal pretende fazer para colmatar o problema, em que prazo, e se a solução a tomar será definitiva. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que este assunto tinha sido debatido, no dia anterior, na reunião da Câmara Municipal, com a presença de alguns moradores.-----

Mais informou que, aquando das obras no Centro da Cidade, foi necessário desviar o trânsito de pesados para aquela via, tendo na altura sido retirado o estacionamento, o qual era, em parte, feito sobre o passeio. Acrescentou que a Câmara Municipal está a elaborar um estudo sobre o estacionamento, em toda a envolvente do Mercado Municipal, o qual vai incidir também naquela via, pelo que, foi entendido que seria melhor aguardar a conclusão do mesmo, na perspectiva de vir a ser tomada, a breve prazo, uma decisão definitiva. -----

Interveio o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referindo que não tinha ficado esclarecido sobre o estacionamento na Estrada de Santa Cruz, questionando se o mesmo ia ser repostado após a conclusão das obras que motivaram a circulação dos camiões naquela via. Mais referiu que a solução para a circulação de viaturas pesadas passava pela criação de uma via circular à Cidade, considerando que este investimento deverá ser assumido pela Administração Central, porque o Município não tem meios financeiros para suportar esta obra. -----

Questionou ainda sobre soluções alternativas de estacionamento na Sede do Município. O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que o problema do estacionamento na Cidade de Santiago do Cacém se tem vindo agravar, porque cada vez havia mais viaturas. Mais referiu que o condicionamento da circulação de pesados na Rua Professor Egas Moniz criou problemas na Estrada de Santa Cruz, ficando os moradores sem lugares de estacionamento, acrescentando que a Câmara Municipal devia encontrar uma solução, mesmo que provisória, e no mais curto espaço de tempo possível, para resolver o problema. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a questão de fundo no que respeitava à circulação do trânsito na Cidade, tinha a ver com a criação da circular, a qual a Câmara Municipal tem vindo a defender ao longo dos anos, e cujo traçado está previsto, pelo menos, desde mil novecentos e noventa e oito, no Plano de Urbanização (PU), compreendendo duas hipóteses, uma norte e outra a sul da Cidade. Acrescentou que se tratava de um investimento muito elevado e que o mesmo era da competência da Administração Central. -----

Mais informou que este assunto tem sido discutido em muitas reuniões com a empresa Infraestruturas de Portugal e também com a Tutela, sendo que, a última abordagem desta questão com a empresa IP tinha tido lugar, havia quinze dias, tendo os responsáveis da mesma lhe transmitido que este investimento não estava previsto. Acrescentou que, ao longo dos anos, esta infraestrutura não foi considerada como uma prioridade pelos sucessivos governos. -----

Referiu ainda que a questão do estacionamento para os moradores na Estrada de Santa Cruz será tratada no âmbito da avaliação global do reordenamento da zona do Mercado Municipal que está em curso. -----

Referiu também que o estacionamento como estava a ser feito, em cima dos passeios, condicionava a mobilidade dos peões, o que não era aceitável, acrescentando que na Rua Professor Egas Moniz existia uma situação idêntica, tendo sido a alteração da mesma uma condição imperativa para o financiamento das obras de requalificação daquela via.

Mais informou que na Estrada de Santa Cruz, desde a Escola Frei André da Veiga até ao Pavilhão de Desportos, existem muitos lugares de estacionamento, embora perceba as dificuldades das pessoas com problemas de mobilidade. Acrescentou que, se for possível o estacionamento naquela via sem ocupar os passeios, o mesmo será retomado. -----

Referiu ainda que existem outros locais na Cidade, como é o caso do Centro Histórico, onde muitos moradores não podem estacionar junto às suas habitações. -----

Concluiu, referindo que a Câmara Municipal procurará uma solução que vá ao encontro das preocupações das pessoas que ali residem. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, recordando que, havia quinze anos, quando construiu a sua casa, sem garagem, teve que pagar dois lugares de estacionamento, no espaço das oliveiras, junto à Estrada de Santa Cruz, onde era suposto ter sido criado um parque de estacionamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, de acordo com a lei em vigor, a Senhora Dulce Rito teve de compensar o Município para este criar dois lugares de

estacionamento noutra local, acrescentando que a Câmara Municipal não construiu um parque de estacionamento naquele sítio, mas criou estacionamentos em diferentes locais da Cidade. -----

### **CERRO DA INÊS – TORRE DO DEPÓSITO DE ÁGUA** -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos questionou sobre as negociações com a Direção da Rádio Local, Antena Miróbriga, relativas à cedência do espaço que está devoluto, cujos arranjos exteriores estão degradados e o edifício a precisar de pintura. -----  
Recordou que a construção daquele equipamento foi submetida a uma consulta popular, devido à sua altura relativamente ao Castelo e que se tratava de um ponto com muita visibilidade. -----

Mais referiu que tinha conhecimento que existia um Protocolo com a empresa Águas do Alentejo relativo à utilização daquela infraestrutura, questionando em que moldes poderá ser cedido aquele espaço à Rádio Local. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Direção da Antena Miróbriga tinha, havia algum tempo, colocado este assunto à Câmara Municipal, e, recentemente, solicitara uma reunião para o voltar a expor, dado que existe uma hipótese de financiamento que poderá contribuir para a concretização deste objetivo. -----

Mais informou que a gestão daquele equipamento foi protocolada com a empresa Águas Públicas do Alentejo com quem a Autarquia tem uma parceria no âmbito da gestão da água, em alta, sendo que, o assunto ainda não foi abordado oficialmente com a empresa. -----

Mais informou que a empresa Águas Públicas do Alentejo adjudicou a colocação de uma vedação ao edifício e a pintura do mesmo. -----

Referiu ainda que a cedência daquele espaço à Rádio Antena Miróbriga, seria uma solução que podia contribuir para a dissuasão de atos de vandalismo de que aquele edifício tem sido alvo. -----

Recordou que já funcionou um restaurante e bar naquele edifício, mas havia problemas de segurança, as quais tinham a ver com o facto de só existir uma saída de emergência, razão pela qual a Câmara Municipal não voltou a lançar concurso para a concessão daquele espaço, para a atividade em causa. -----

O Senhor Manuel Mourão referiu que se congratulava com a pintura daquele edifício, o qual está com muito mau aspeto. -----

### **-----ORDEM DO DIA: -----**

#### **1. Expediente**-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de setembro a dezembro de dois mil e dezassete, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

#### **2. Atas**-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 06**, de dezanove de outubro, da 1ª Reunião da Assembleia Municipal do mandato de 2017 a 2021. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

A Senhora Presidente colocou a Ata a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.

A Senhora Raquel Correia, eleita do PS, não votou, por não ter estado presente naquela reunião. -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão a **Ata nº 07**, da Sessão Extraordinária de vinte e três de novembro de dois mil e dezassete. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

A Senhora Presidente colocou a Ata a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. Não votou a Senhora Maria Dulce Rito Almeida, eleita do PS, a Senhora Maria Emília Batista, eleita da CDU, e o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, por não terem estado presentes naquela reunião. -----

### “3. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

#### --- a) **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Dezoito, documentos previsionais definidos no ponto 2.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.\* -----

**FUNDAMENTOS:** - Conforme o disposto na alínea c) do nº. 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro”. -----

\*Documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número vinte e um, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

No âmbito da apresentação da proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as GOPs em apreço davam continuidade à política local sufragada, havia dois meses e meio, em que a população voltou a dar a sua confiança à CDU, para continuar a governar o Município. -----

Acrescentou que o Orçamento para dois mil e dezoito compreendia vários investimentos significativos e nas diferentes áreas, nomeadamente na regeneração e mobilidade urbana, na modernização administrativa, na ação social e na educação, cultura e desporto, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos munícipes e também daqueles que visitam o Município, tendo em conta o crescimento que tem vindo a registar no âmbito do turismo. Mais referiu que, segundo dados publicados, recentemente, por entidades idóneas, foi no Município que se registou a maior diminuição da taxa de desemprego, está no topo do Distrito no que respeita aos resultados nos exames nacionais, obteve o prémio de qualidade da água atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), bem como o certificado de excelência da água das praias da Costa de Santo André concedido pela Associação Bandeira Azul da Europa. Acrescentou que estes resultados não se devem somente à Câmara Municipal, mas esta contribuiu significativamente com a sua ação para a obtenção dos mesmos. -----

Referiu ainda que a Câmara Municipal continua a investir num conjunto de atividades, não excluindo ninguém e tentando abranger todas as freguesias, a cujos executivos dirigiu uma palavra de reconhecimento pelo seu papel pró-ativo, de articulação e estreita colaboração com a Câmara Municipal na resolução dos problemas das populações, confirmando a política de apoio às freguesias que tem sido seguida. -----

Concluiu, referindo que o Orçamento em apreço mantinha também uma linha de rigor na área financeira, informando que o Município não tinha dívidas aos fornecedores a mais de noventa dias, havia cerca de dois anos, e que o prazo médio de pagamento aos fornecedores era inferior a trinta dias. -----

Acrescentou que tudo indicava que o saldo que iria transitar para o próximo ano ficava acima de dois milhões de euros, o que cobre a dívida de curto prazo, de um milhão e duzentos mil euros. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, começando por referir que constatara nos documentos em apreço que as verbas transferidas do Orçamento do Estado e as verbas previstas receber dos Fundos Comunitários ultrapassavam, um pouco, os cinquenta por cento do Orçamento Municipal, o que significava que existia uma dependência financeira do Município, considerando que o caminho a seguir deverá ser no sentido da diminuição desta dependência. -----

Questionou em seguida sobre a percentagem de comparticipação da Câmara Municipal relativamente aos projetos financiados por Fundos Comunitários, e se o Estado central também comparticipava nos mesmos. -----

Mais referiu que verificava que existiam receitas correntes com a designação de *outros*, questionando sobre a origem de uma verbas de um milhão e setecentos e trinta mil euros, e outra de setecentos e cinquenta mil euros constantes na página sessenta e oito do documento. -----

Questionou também, em que setores específicos da Educação vão ser aplicadas as verbas do Fundo Social Municipal, acrescentando que a informação que tinha era de que esta verba se destinava a setores da educação acordados entre o Município e a Administração Central. -----

Mais referiu que na página setenta e quatro do documento constava uma verba de duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos euros para pessoal em regime de tarefa ou avença, questionando se a mesma se destinava a uma ou às duas situações e a que serviços estavam afetos o pessoal abrangido. -----

Referiu ainda que considerava muito elevado o valor de duzentos e cinquenta mil euros previsto para horas extraordinárias. -----

Questionou sobre a verba de quinhentos e quatro mil setecentos e setenta euros prevista nas despesas correntes, designada por outros bens. -----

Questionou ainda sobre a verba de duzentos e nove mil euros para locação de edifícios, e quais os edifícios em causa. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal pagava, havia vinte e um anos, uma renda de cinquenta e três mil euros por ano pelo aluguer das instalações do Colégio de S. José, o que já totaliza cerca de um milhão de euros, considerando que era preciso repensar este assunto, tendo em conta que, aquando do início do arrendamento do edifício, 1996, chegou a ser equacionada a aquisição do mesmo, por quatrocentos mil euros. -----

Mais questionou sobre a verba de cerca de três milhões para assistência técnica e outros serviços. -----

No referente a despesas de capital, começou por se referir à verba de duzentos e onze mil e trinta euros de transferências para instituições sem fins lucrativos, considerando que era importante que houvesse um Regulamento, para se poder aferir a atribuição das verbas. -----

Referiu ainda o facto de não estar prevista uma verba para as obras na Escola Padre António Macedo (ESPAM), considerando que a Câmara Municipal, ao não querer comparticipar com sete e meio por cento do montante não comparticipado pelos Fundos Comunitários naquelas obras, estava a perder um investimento significativo, tendo em conta que a comparticipação daqueles fundos era de oitenta e cinco por cento, sendo a parte não comparticipada de quinze por cento, a dividir entre o Município e a Administração Central. Acrescentou que a Câmara Municipal de Castro Verde que,

inicialmente, tinha tido posição idêntica, acabou por negociar, no actual mandato, a contratualização da recuperação da Escola Secundária daquele Município. -----  
Mais referiu que era significativa a verba destinada a transportes escolares, questionando, se a Administração Central tem ou não disponibilizado a verba necessária para estes transportes, desde mil novecentos e oitenta e quatro, quando foi definido que os mesmos passavam a ser assegurados pelos municípios. -----  
Questionou também sobre o período de tempo a que se destina a verba transferida, e por que razão as famílias dos alunos do ensino secundário têm que pagar cinquenta por cento do passe. -----  
O Senhor Francisco Lobo, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que não partilhava da visão de um futuro dourado, dado que não tem visto a dinâmica que gostaria que existisse no Município, esperando, contudo, que o mesmo venha a acontecer. -----  
Solicitou esclarecimentos sobre as duas verbas similares que estão previstas para a Quinta do Chafariz. -----  
O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que também não comungava da visão do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Acrescentou que no Orçamento, em apreço, se verificava uma redução de um milhão e meio de euros na despesa corrente e de quase dois milhões de euros na despesa de capital, o que significava menos investimento e que a Autarquia tinha menos dinheiro, apesar dos indicadores positivos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----  
Mais referiu que a Câmara Municipal não tinha um projeto ambicioso e ousado para o Município, considerando que faltavam algumas medidas do ponto de vista económico que podiam ser adotadas, algumas das quais foram propostas pela Oposição, mas não foram aceites. -----  
Questionou sobre que serviços são prestados em regime de tarefa e de avença. -----  
Questionou também sobre quais os projetos comparticipados por Fundos Comunitários. -  
Mais referiu que gostaria de conhecer as percentagens das transferências do Estado comparativamente aos anos anteriores e do seu significado na receita do Município. -----  
Questionou ainda sobre os investimentos previstos para os Parques Empresariais (ZILs) de Santiago do Cacém e de Santo André, no período de dois mil e dezoito a dois mil e vinte e um, dado que, para além das intervenções nas instalações municipais constantes nos documentos, eram necessárias mais intervenções naqueles espaços. -----  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão das percentagens de comparticipação dos Fundos Comunitários, informando que para a regeneração urbana, escolas e outros investimentos, a taxa máxima era de oitenta e cinco por cento, acrescentando que as mesmas eram variáveis, porque dependiam dos montantes aprovados para cada projeto no âmbito da atribuição daqueles fundos, dando como exemplo a candidatura das obras das EBs número três e quatro de Santo André, e de Ermidas, cujo financiamento aprovado foi de cerca de um milhão e trezentos mil euros quando o investimento global para as três escolas será de dois milhões e trezentos mil euros, a percentagem de financiamento ficará pouco acima dos cinquenta por cento. Informou também que para projetos de eficiência energética não havia financiamento, inicialmente, sendo necessário efetuar um empréstimo bancário para o efeito. Acrescentou que esta situação foi alterada, pelo que, podem ser apresentadas candidaturas, com uma taxa de financiamento que pode ou não chegar aos cinquenta por cento.-----

Mais informou que, aquando do início das negociações do Plano Estratégico na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), foi dito que havia pouco mais de oito milhões de euros disponíveis para financiamento de projetos, sendo que, foram apenas disponibilizados cinco milhões de euros. -----

Acrescentou que está prevista uma reprogramação dos Fundos Comunitários, no primeiro trimestre de dois mil e dezoito, esperando que possa vir a ser reforçada a verba para o Município. -----

Sobre a dependência financeira do Orçamento do Estado, referiu que também gostaria que a Câmara Municipal tivesse mais autonomia financeira, lembrando, contudo, que a Administração Central não estava a fazer nenhum favor aos municípios, dado que, de acordo com o previsto na Constituição da República, os recursos públicos devem ser repartidos de forma justa entre o Poder Central e o Poder Local. -----

Recordou também que os sucessivos governos não têm cumprido a Lei das Finanças Locais, os quais, ao longo dos anos, têm reduzido as transferências para as autarquias, agora um pouco menos, sendo que, a Autarquia, atualmente, recebe menos um milhão de euros do que recebia em dois mil e dez. Acrescentou que esta situação foi reconhecida pelo Senhor Primeiro Ministro, António Costa, no último Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). -----

Em relação à questão da contratação de pessoal por avença e tarefa, esclareceu que se tratava da prestação de serviço técnicos, nomeadamente nas Piscinas Municipais, no Auditório Municipal, Escola de Guitarra Portuguesa, Atelier de Pintura, Estudos e Planeamento, e serviços Jurídicos. -----

Mais informou que a Câmara Municipal não tinha pessoal contratado com falsos recibos verdes. -----

Sobre a verba prevista para o pagamento de horas extraordinárias, referiu que nos últimos anos os governos obrigaram a uma redução do pessoal das autarquias, o que obriga o recurso a trabalho extraordinário para responder às tarefas que se colocam. Mais informou que no Orçamento de Estado do próximo ano está prevista a reposição do valor das horas extras que foi retirado aos trabalhadores, o que implica também o reforço daquela verba no Orçamento do Município. -----

Em relação ao arrendamento do edifício do antigo Colégio de S. José, referiu que se tratava de uma opção política do Executivo Municipal, no sentido de prestar um serviço público ao Associativismo Municipal, através da cedência de espaços, contribuindo assim para uma maior dinâmica das colectividades. -----

Mais informou que a Autarquia paga ainda aluguer, nomeadamente do edifício da antiga carpintaria e do imóvel onde está instalado o Laboratório Municipal. -----

Relativamente às transferências para o Movimento Associativo, referiu que existe um Regulamento Municipal para as Associações Desportivas e que a Câmara Municipal optou por um aumento de doze por cento nas transferências para o próximo ano, sendo que, o aumento no ano anterior tinha sido de cinco por cento, apesar dos cortes financeiros nas transferências para a Autarquia. -----

Sobre as obras na Escola Padre António Macedo (ESPAM), começou por esclarecer que não são da competência do Município e que não se conhece o projeto das mesmas, nem foi indicado, pela Tutela, o montante para a sua adjudicação. -----

Mais informou que a Câmara Municipal foi abordada sobre este assunto, havia dois anos, por parte de um responsável da DREA, o qual questionou se a Câmara Municipal estaria disponível para participar em cinquenta por cento da parte não financiada pelo Fundos Comunitários, sendo que, a resposta foi de que a Câmara Municipal só participaria se a Administração Central também se disponibilizasse para

comparticipar nas obras das escolas que eram da competência da Autarquia. Mais referiu que não era justo que as autarquias tivessem também de participar nas obras que são da responsabilidade do Governo, depois de, durante anos, terem vindo a ser retiradas verbas ao Poder Local, pelos sucessivos governos.-----

Referiu ainda que a Câmara Municipal tem em curso um investimento de dois milhões de euros, em três escolas que são da sua responsabilidade, para além dos quatrocentos e três mil euros previstos para mobiliário, equipamento informático e outros, bem como novecentos mil euros para transportes escolares. Acrescentou que a Autarquia tem investido de forma permanente na educação, mesmo durante os ciclos económicos mais desfavoráveis.-----

Mais informou que sempre tinha sido afirmado por vários responsáveis de organismos da Administração Central que as obras da ESPAM eram a primeira prioridade no que respeitava à distribuição de Fundos Comunitários para o setor da Educação, pelo que, considerava que não fazia sentido virem agora com o argumento de que não avançavam com a obra porque a Câmara Municipal não contribuía para a parte não financiada.-----

Informou ainda que no âmbito da CIMAL, foi deliberado, por unanimidade, não ceder ao pretendido pela Administração Central nesta matéria.-----

Referiu ainda que a Câmara Municipal sempre que precisou de equipamentos ou de realizar obras em terrenos da Administração Central, teve que os pagar.-----

No que respeitava aos Serviços da Segurança Social na Cidade de Santiago do Cacém, informou que a Câmara Municipal disponibilizou um espaço para aqueles Serviços, o qual está a ser avaliado pelos responsáveis dos mesmos.-----

Sobre a questão dos transportes escolares, informou que as verbas transferidas do Orçamento de Estado não cobriam todas as despesas desta ação.-----

Relativamente à intervenção nos Parques Empresariais, informou que está consignada no Orçamento uma verba de oitenta mil euros, para obras a executar por administração direta na ZIL de Santo André.-----

Mais informou que não foi possível afetar mais verbas para esta ação, porque, ao contrário do que foi prometido por responsáveis do Governo que gerem os Fundos Comunitários, não foram abertos concursos para candidaturas para aquele fim.-----

Sobre a variação dos valores orçamentados relativamente ao ano anterior, esclareceu que no referente à verba de menos um milhão e meio de euros para investimentos, existe a possibilidade de reforço da mesma, em cerca de um milhão de euros, com a afetação da verba não definida, através de uma revisão orçamental.-----

Acrescentou que o aumento de cerca de quatrocentos mil euros nas despesas de Pessoal se destinava a fazer face à reposição de salários dos trabalhadores, medida que está prevista no Orçamento de Estado para o próximo ano.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou em seguida a palavra ao Senhor Diretor do Departamento de Administração e Finanças, José Pereira Gonçalves, para esclarecer algumas questões de ordem técnica.-----

Sobre a receita de um milhão e setecentos e trinta mil euros, constante na página sessenta e oito do documento, esclareceu que a mesma era referente ao Contrato de Concessão com a EDP e que compreende também o valor das rendas do último trimestre, cujo registo será efetuado no início do próximo ano.-----

Relativamente às transferências do Fundo Social Municipal, esclareceu que decorrem da Lei das Finanças Locais em vigor, e que a Câmara Municipal tem de justificar, trimestralmente, as despesas efetuadas, sendo que, no caso de incumprimento, o montante a receber será reduzido no OE seguinte. Acrescentou que as despesas da

Câmara Municipal nesta área são superiores às verbas transferidas daquele Fundo para o Município. -----

Sobre o valor previsto para horas extraordinárias, referiu que, havia alguns anos, esta verba era mais significativa, a qual tem vindo ser reduzida, em resultado do trabalho de organização desenvolvido e à orientação política do Executivo Municipal sobre esta matéria. -----

Relativamente às verbas constantes na classificação outros, esclareceu que se tratava de uma classificação técnica da despesa, prevista na lei, para os valores que não se enquadram nas rubricas específicas. -----

No que respeitava à despesa de assistência técnica, esclareceu que a mesma se destinava nomeadamente a licenciamentos na área da informática, cujos valores são elevados, bem como à assistência dos sistemas de ar condicionado e de elevadores. -----

No referente à verba para transportes escolares, esclareceu que, inicialmente, constituía uma transferência específica para o efeito, passando gradualmente a ser inserida nas transferências relativas às participações nos impostos do Estado. -----

Acrescentou que a percentagem do passe paga pelos alunos do secundário, decorria da lei. -----

Mais esclareceu que a Administração central transfere verbas para o Município relativas aos auxiliares de ação educativa, refeições escolares e prolongamento de horários. -----

Em relação às verbas para intervenções no Parque Urbano da Quinta do Chafariz, informou que não se tratava de uma duplicação de valores e que as mesmas eram relativas a projetos que transitaram de anos anteriores, o que acontecia também noutras situações inscritas nos documentos previsionais. -----

No que respeitava ao peso das transferências do OE na receita do Município, informou que o valor para o próximo ano constava nos documentos e que era de trinta e sete e meio por cento, sendo que, relativamente ao ano anterior se registava um ligeiro aumento, de dois pontos percentuais. -----

Sobre os projetos cofinanciados, esclareceu que os mesmos estão inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e nas Atividades Mais Relevantes (AMRs), Fontes de financiamento, FC – Fundos Comunitários. -----

Interveio o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, começando por referir que tinha tido lugar uma reunião com a Câmara Municipal sobre as GOPs, no âmbito do Estatuto da Oposição, na qual apresentou algumas propostas, as quais não foram contempladas no documento em apreço, acrescentando que a intenção do BE ao apresentar propostas, as quais eram negociáveis, ia no sentido de tornar o documento mais plural, dentro do que são as suas linhas de orientação. -----

Acrescentou que as propostas apresentadas pelo BE visavam designadamente: -----

. O desagravamento fiscal aos munícipes no que respeitava ao IMI e IRC; -----

. A criação de incentivos para a fixação de jovens no Município; -----

. A descentralização de mais competências da Câmara Municipal para as freguesias, para reforço da sua autonomia, com mais recursos financeiros logísticos e humanos; -----

. A recuperação do património propriedade do Município, para o colocar ao serviço da cultura e de habitação emergente, no caso de realojamentos; -----

. Apostar no investimento que tivesse em conta as questões ecológicas, de forma a evitar o recurso a pesticidas. -----

. O agravamento do IMI para prédios devolutos, como forma de pressionar os proprietários no sentido da sua recuperação, sendo que, no caso daqueles que não dispusessem de condições económicas para o efeito, a Câmara Municipal podia propor a sua aquisição temporária, com recurso à posse administrativa, promover a sua

recuperação, para depois os inserir no mercado imobiliário, procedendo à sua devolução após liquidada a verba investida pela Autarquia. -----

. A Criação do orçamento participativo, a inserir no orçamento geral, o qual tem sido adotado, com algum sucesso, por outros municípios, permitindo que os cidadãos apresentem e votem projetos, os quais são avaliados por uma comissão, previamente criada, para que as pessoas sintam que fazem parte da política da sua região.-----

. O reforço da verba para o programa Atreve-te. -----

. A elaboração de um plano, com pequenas intervenções, em equipamentos desportivos, nomeadamente no Polidesportivo do Bairro da Atalaia, a colocação de cobertura, bancada e balneários no Polidesportivo de Ermidas Sado e a colocação de piso sintético no campo de futebol de Cercal do Alentejo.-----

. A revitalização de edifícios culturais, nomeadamente a Sociedade Harmonia e o Espaço Cultural de Ermidas Sado.-----

. A transferência do Cemitério de Santiago do Cacém para outro local e a recuperação do espaço do Castelo para atividades culturais.-----

Mais referiu que vinha mencionada nos documentos a questão da eficiência energética, questionando sobre as ações que vão ser desenvolvidas para concretizar esta medida. ----

Questionou também se a Câmara Municipal estava a ponderar a aquisição de viaturas elétricas ou se ia continuar a apostar nas viaturas a gásóleo e a gasolina.-----

Questionou ainda sobre a intervenção prevista no edifício municipal sito na Rua Ramos da Costa, e quais as obras que vão ser executadas no âmbito da conservação do património. -----

Mais questionou sobre a intervenção prevista no âmbito do projeto Ancoradouro. -----

Concluiu, questionando sobre a verba de seiscentos e cinquenta mil euros para a questão da igualdade de género na rede intermunicipal, considerando que a mesma era muito reduzida para esta ação.-----

Interveio novamente o Senhor Manuel Mourão, referindo que era verdade que ia haver investimento na Educação, o que podia ter acontecido mais cedo se a Carta Educativa tivesse sido aprovada, em tempo útil, para a apresentação de candidaturas ao Quadro Comunitário 2009 – 2013, como aconteceu com alguns municípios vizinhos, o que teria permitido a resolução dos problemas das escolas. Contudo, acrescentou que ficava contente com os investimentos previstos e cofinanciados pela União Europeia. -----

Mais referiu que, no que respeitava a despesas correntes, as verbas previstas para o Pré-escolar, destinadas a material escolar, era de cinco mil e quinhentos euros, e para o 1º e 2º ciclo, era de dez mil euros, sendo de dois mil euros as verbas para projetos. Acrescentou que não tinha encontrado, nos documentos, verbas para as escolas secundárias, mas estava inscrita uma verba para a ETLA – Escola Tecnológica do Litoral Alentejano que também tem ensino secundário.-----

Acrescentou que para material de educação e cultura está prevista somente uma verba de dezanove mil quinhentos e noventa euros, e para formação quarenta e três mil cento e dez euros, quando esta é uma necessidade de qualquer instituição, sendo que, para estudos, pareceres, projetos e consultadorias está inscrita uma verba de quarenta e seis mil novecentos e dez euros, quando a Câmara Municipal dispõe de quadros técnicos capazes e qualificados para dar resposta a estas ações sem recurso ao exterior. -----

Mais referiu que lamentava que não houvesse nos documentos outros sinais, nomeadamente no que respeitava à situação do Cemitério, a qual tem vindo a ser discutida ao longo dos anos, bem como a questão da circular rodoviária à Cidade de Santiago do Cacém, e a situação das obras da ESPAM, considerando que esta era uma questão política que já tinha sido resolvida em muitos municípios. -----

Referiu ainda que a verba prevista para reparação e manutenção do património era insuficiente para o Património Municipal existente.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Executivo Permanente tem como princípio ouvir todos e respeitar as opiniões e propostas de cada um, o que foi feito ao abrigo do Estatuto da Oposição. -----

Acrescentou que o Executivo tem um programa eleitoral sufragado pelas populações que deram mais uma vez a sua confiança à CDU, pelo que, é este programa que tem que seguir e fazer cumprir. Mais referiu que respeitavam as propostas apresentadas pelo BE e pelo PS, mas tendo em conta os recursos limitados, a opção por algumas dessas propostas punha em causa o programa com o qual se comprometeram com a população.

Relativamente à questão da eficiência energética, informou que está prevista a execução de vários projetos neste âmbito, nomeadamente na Sede do Município, nas Piscinas Municipais e nas escolas. -----

Acrescentou que será também apresentada uma candidatura no âmbito da CIMAL. -----

Mais referiu que partilhava da opinião sobre a opção por viaturas elétricas, mas considerava que era preciso ter em conta a dimensão e as características rurais da maior parte do Município, não sendo possível, atualmente, proceder aos carregamentos necessários, dado que não existem pontos de abastecimento para o fazer, considerando que deve ser tida em conta a realidade do Município para a concretização das propostas que são apresentadas. -----

Sobre a verba para formação, esclareceu que a Câmara Municipal tem tido a capacidade de procurar formação gratuita, alguma promovida no âmbito intermunicipal e outra pela Administração Central.-----

Relativamente ao projeto Ancoradouro, informou que o Município tem um imóvel que poderá ser reabilitado para o mesmo. -----

No que respeitava ao IMI, lembrou que, no mês de setembro, foram aprovadas pela Assembleia Municipal a redução das taxas para o ano de dois mil e dezoito.-----

Em relação à questão sobre a igualdade de género, informou que existe um Protocolo entre quatro municípios do Litoral Alentejano, outras entidades e a Administração Central, no âmbito de uma iniciativa do Governo sobre esta matéria, o qual visa o apoio a várias ações previstas no mesmo. -----

No referente à Carta Educativa, recordou que a mesma foi aprovada no Município, em dois mil e oito, sendo que, por questões políticas levantadas pelo Governo PS que na altura estava em funções, o qual quis impor que ficasse consignado na mesma o encerramento de mais escolas rurais, com menos de vinte e um alunos, a Carta não foi ainda homologada, o que impediu a apresentação de candidaturas por parte da Câmara Municipal ao Quadro Comunitário de Apoio de 2009-2013, para investimentos nas escolas, prejudicando desta forma toda a comunidade escolar. Acrescentou que o Senhor Manuel Mourão que, na altura, era Vereador do PS na Câmara Municipal, também teve responsabilidade nesta situação.-----

Mais informou que aquela decisão do Governo PS foi alterada pelo Governo do PSD que se seguiu, o qual permitiu a apresentação de candidaturas por parte da Câmara Municipal, mesmo sem a Carta Educativa estar homologada. -----

Sobre a questão da mudança do local do Cemitério, referiu que se tratava de uma matéria muito delicada, tendo em conta que o mesmo existia, naquele local, havia duzentos anos, não sendo possível proceder à trasladação de todos os restos mortais, o que implicaria a manutenção de dois cemitérios, na Sede do Município. Acrescentou que a utilização daquele espaço para outros fins, sem uma trasladação total, e ainda que a

mesma fosse conseguida, muitas pessoas não aceitariam a realização de espetáculos naquele espaço. -----

Mais referiu que a mudança do cemitério não era um compromisso da CDU, para o mandato agora iniciado, o que não significava que não se prosseguisse com o debate sobre o assunto.-----

#### ----- **PROPOPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – REDUÇÃO DO IMI PARA 2019**-----

**Pelo Senhor Manuel Mourão, em representação dos eleitos do PS**, foi apresentada a seguinte proposta de recomendação:” Que na altura devida para a discussão nos órgãos autárquicos sobre a taxa do IMI a vigorar no Município no ano de 2019, seja considerada a sua redução, tendo em conta que a taxa média do IMI no País, é de 0,345. Que seja também criado o IMI familiar, a exemplo de outros municípios, e no sentido de dar um sinal positivo em benefício dos munícipes.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, no momento próprio, haverá possibilidade de discutir este assunto na Câmara e na Assembleia Municipal. -----

Acrescentou que no Município houve uma redução do IMI, para 0,37, a vigorar no ano de dois mil e dezoito, para todos os contribuintes.-----

Mais referiu que a criação do IMI familiar beneficiará apenas alguns munícipes, acrescentando que, se o Governo PS procedesse à redução da taxa do IVA da eletricidade de 23% para 6%, como era anteriormente, esta seria uma medida que iria beneficiar toda a população.-----

Interveio a Senhora Susana Pádua, referindo que os membros da Assembleia Municipal tinha sido eleitos pelos munícipes para defenderem os interesses da população, considerando que devia haver uma maior contenção por parte de todos na abordagem das questões colocadas. Acrescentou que também devia ser tido em conta nas discussões, aquilo que são assuntos da competência deste Órgão Autárquico e as matérias que são da competência específica da Assembleia da República. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra sobre este assunto, a Senhora Presidente colocou a **proposta de recomendação** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria, com dezassete votos contra dos eleitos da CDU. Seis abstenções**, sendo três dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, uma do eleito do BE e uma de um eleito do PS, e **seis votos a favor**, de eleitos dos PS. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais**, foi feita a seguinte declaração de voto: “ Consideramos que a discussão desta matéria é extemporânea, a qual teremos oportunidade de analisar e discutir no mês de setembro, sendo que, o PSD e agora a Coligação, sempre defenderam a criação do IMI familiar.”-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, sobre as **GOPs para 2018**, a Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contento e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Dez votos contra, sendo seis de eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

Duas abstenções, sendo uma do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge Cruz, e outra do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira. -----

**JUSTIFICACÕES DE VOTO: Pela Senhora Dulce Rito, em representação dos eleitos do PS**, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ Tendo em conta as omissões relevantes encontradas no Orçamento e a ausência de respostas adequadas às interpelações do Partido Socialista e não tendo ficado minimamente esclarecidos, votamos contra porquanto: -----

1. Cerca de metade das receitas do Município provêm de transferências da Administração Central, ou diretamente ou indiretamente através de Fundos Comunitários, via Feder e via FSE, isto é, o Município não gera, por si só, receitas que lhe permitam uma maior autonomia e para prevenir eventuais alterações na proveniência de verbas externas; -----

2. Por outro lado a vaga alusão a “outros”, quer a nível de receitas, quer a nível de despesas, torna pouco transparente o Orçamento apresentado; -----

3. Poder-se-ia, ao longo dos anos, ter feito um melhor aproveitamento dos dinheiros públicos, que fossem canalizados para trazer mais receitas próprias e melhorar a vida dos munícipes, como por exemplo o pagamento de rendas, há mais de 20 anos, de um espaço que poderia nessa altura, ter sido adquirido pelo Município, tendo-se efetuado uma poupança significativa (mais de um milhão de euros) ou, com essa poupança poderia a Câmara ter melhorado e reabilitado o património municipal que está ao abandono (a título de exemplo os Paços do Concelho; o Palácio do Condinho e a Escola Conde de Ferreira, entre outros). -----

Porém, este executivo camarário continua a lamentar-se que o que não está feito ou não consta das previsões a fazerem é da responsabilidade da Administração Central e o que foi feito, e bem (segundo o Senhor Presidente) é de louvar. -----

Acresce que, na própria Câmara: -----

As verbas destinadas à formação dos funcionários, assim como as que estão alocadas em material didático para educação pré-escolar e para o 1º ciclo são, no mínimo, completamente fora da realidade, isto é, irrisórias. -----

E, -----

5. Não obtivemos explicações suficientes sobre a verba alocada ao regime de tarefa e avença e ainda a que está prevista para estudos, projetos, pareceres e consultadoria. -----

6. Lamentamos que o executivo camarário não tenha disponibilizado perto de €260.000,00 para resolver o problema da Escola Padre António Macedo em Santo André; Com este ato político deixámos de aproveitar mais de €3.000.000 de Fundos Comunitários através do Portugal 2020 e à volta de €260.000,00 que também eram comparticipados em 7,5%;-----

7. No orçamento não há nenhum sinal para dar resposta às questões muito antigas (que se prolongam e têm sido transversais a todos os executivos camarários) no tocante ao cemitério e à circular externa a Santiago, cujas respostas, ao longo dos anos têm sido “é desta”, “está quase”, “já temos estudos e análises feitas” e “agora é que vai”, entre outras;-----

No tocante às Grandes Opções do Plano dir-se-á que: -----

8. Uma vez mais não estão plasmadas quaisquer propostas apresentadas pelos vereadores do Partido Socialista, o que significa que o executivo camarário do Partido Comunista continua a exercer os “seus menus” autonomamente e de forma anticolaborante. -----

Este executivo camarário, à semelhança de outros anteriores, poderia dar sinal de desagravo fiscal, reduzindo o IMI e/ou criando um IMI familiar e criando mais e melhores condições para fixar população de que este Concelho tanto carece. -----

*Last but not least,* -----

9. Gostaríamos de ter conhecimento para quando estaria prevista uma circular a Santiago do Cacém, o cemitério, a política do solo que permita construção a preços justos; A correção de águas residuais e a ligação à rede, dentro do perímetro urbano, bem como a resolução em diversas localidades e aglomerados, que são uma questão de saúde pública.” -----

**Pelo Senhor Rui Vieira, eleito do BE, foi apresentada a seguinte declaração de voto:** -----

“O Bloco de Esquerda abstêm-se relativamente a esta votação porque embora consideremos algumas propostas deste orçamento como positivas, não houve por parte da maioria (CDU) vontade política para incluir quaisquer propostas do BE neste documento. -----

Tal atitude, faz com que a reunião ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição seja uma mera formalidade ao invés de se traduzir no reforço construtivo e plural do documento final. -----

A transferência de competências para as Juntas é diminuta, porque na sua vertigem centralizadora, não quer abrir mão de nada significativo. -----

O Bloco de Esquerda denuncia esta situação e defende uma política de transferência de competências para as Juntas de Freguesia mais alargada, de modo a torna-las entidades verdadeiramente atuantes e com capacidade de intervenção numa escala de proximidade estreita com as populações, designadamente em matéria de arruamentos, limpeza urbana e espaços verdes, ou ainda no domínio da educação, cultura e desporto, de conservação e reparação de infraestruturas de saneamento básico e de apoio social. -----

Defendemos uma política autárquica de proximidade, baseada numa relação saudável, de confiança e responsabilização das Juntas de Freguesia em defesa da qualidade de vida e da satisfação das necessidades e anseios das populações.” -----

**Pelo Senhor João Alberto Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto:** “Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal destacam no orçamento agora aprovado a continuidade do trabalho da Coligação Democrática Unitária no Concelho de Santiago do Cacém. -----

Áreas como a educação, cultura, áreas sociais, higiene urbana, emprego, preservação do espaço público, apoio à economia e investimento, turismo e muitas outras são expressivas nas Grandes Opções do Plano para 2018 – 2021. -----

Consideramos um orçamento equilibrado que demonstra a importância de todas as freguesias do Município, dando continuidade a um trabalho de parceria com a Câmara.

O orçamento reflete também o esforço diário de todos os trabalhadores das autarquias em prol da população do Concelho e é mais uma vez a prova de que é possível ter uma gestão equilibrada e rigorosa, continuando com um significativo investimento nas mais variadas áreas.” -----

**Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. Não foram levantadas objeções.** -----

**--- b) Mapa de Pessoal 2018;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2018.\* -----

**FUNDAMENTOS: De facto:** Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o Mapa de Pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal. -----

**De direito:** De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.”-----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Dez abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Ricardo Jorge Cruz e Raquel Louro Vieira Correia, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira.-----

Verificou-se a ausência temporária da Senhora Susana Louro Caiado Correia Pádua, eleita do PS.”-----

**--- c) Apoio às freguesias do Município a atribuir no ano de 2018;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias a atribuir em 2018, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações:-----

**Apoio para Freguesias**-----

----- (VALORES EM EUROS) -----

<b>JUNTAS</b>	<b>Correntes</b>	<b>Capital</b>
<b>--Total</b>		
Abela	4.474,68	13.921,07
18.395,75		
Alvalade	-6.088,17	-25.611,30
31.699,47		
Cercal do Alentejo	-8.518,11	-27.140,88
35.658,99		
Ermidas-Sado	9.201,39	-11.961,64
21.163,03		
Santo André	-39.709,00	14.504,63
54.213,63		
São Francisco da Serra	-15.962,27	-7.839,40
23.801,67		
União Santiago Cacem, S.Cruz e S.Bartolomeu	-78.708,08	-52.710,47
131.418,55		
União São Domingos e Vale Água	-8.691,01	-25.427,76
34.118,77		
<b>TOTAL</b>	<b>171.352,71</b>	<b>179.117,15</b>
<b>350.469,86</b>		

**FUNDAMENTOS: DE FACTO: UM:** As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações;

**DOIS:** Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais;

**TRÊS:** Estas autarquias recebem transferências da Administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações que, inclusivamente, ora se viram alargados por força do Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais;

**QUATRO:** Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas, importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia.

**CINCO:** Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 dotações que englobam os apoios ora em causa.

**DE DIREITO: UM:** Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, conforme de acordo com o artigo 33.º n.º 1, alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**DOIS:** Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supra citado regime.”

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.

Interveio o Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, referindo que iria apresentar uma declaração de voto sobre este assunto, tendo em conta o que tem sido a prática dos executivos da CDU neste e nos anteriores mandatos sobre esta matéria, considerando

que a verba prevista no orçamento não era suficiente para dar às freguesias uma maior autonomia, não compreendendo por que razão a Câmara Municipal não descentralizava mais competências para as mesmas, acompanhadas dos respetivos meios para a sua execução, tendo em conta que são as juntas de freguesia que estão mais perto das populações.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que esta verba era um reforço às verbas a transferir pela Câmara Municipal para as juntas de freguesia, no âmbito dos contratos interadministrativos e acordos de execução para o mandato em curso, com base nos quais são transferidas as competências e respetivos meios para a sua execução.

Mais referiu que o reforço da autonomia financeira das freguesias era uma obrigação da Administração Central, a qual devia ser materializada através do aumento da transferência de verbas do Orçamento de Estado. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Rui Vieira, eleito do BE,** foi feita a seguinte declaração de voto: “ A Câmara Municipal de Santiago do Cacém propôs à Assembleia Municipal o quadro de apoio às freguesias do Município a atribuir no ano de 2018. -----

Queremos, assim, reportar-nos à relação da Câmara Municipal com as oito Juntas de Freguesia atualmente existentes, as quais consideramos asfixiadas com o centralismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. -----

Assim, com o orçamento global de aproximadamente 32 milhões de euros, a Câmara Municipal pretende transferir para as Juntas de Freguesia apenas cerca de 630 mil euros, isto é, abaixo de 2% do seu Orçamento. -----

A CDU, com praticamente 40 anos de maiorias absolutas continua a dar mostras de um centralismo absoluto e de uma desvalorização objetiva do que podem ser as Juntas de Freguesia, os órgãos autárquicos mais próximos das populações, que deveriam dispor de uma muito maior capacidade de meios logísticos, humanos e financeiros na realização de obras e melhoramentos locais.” -----

-----  
**--- d) Terceira Revisão ao Orçamento de 2017;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter a Terceira Revisão ao Orçamento da Receita de Dois Mil e Dezassete à Assembleia Municipal.\* -----

**FUNDAMENTOS: Um** – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

**Dois** – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro”.-----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor,** sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António

Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----  
Seis abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Raquel Louro Vieira Correia, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira.” -----

--- e) **Contratação de fornecimento de energia elétrica – Repartição de encargos.**----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do contrato que se pretende celebrar para “Fornecimento de energia elétrica em BTN (Baixa Tensão Normal), BTE (Baixa Tensão Especial), e MT (Média Tensão)”, para o período inicial de 12 meses, com início previsto a 01 de janeiro de 2018, com o preço base de 1 197 600,00 €, e com a possibilidade de renovação para o ano de 2019.-----

A estimativa de repartição de encargos para cada um dos anos, é a seguinte: -----

- 2018 - 1 197 600,00 €. -----

- 2019 - 1 197 600,00 €. -----

A estes valores acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. -----

**FUNDAMENTOS: Um** - De acordo com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

**Dois** - Para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, solicitando informação sobre o valor do contrato anterior. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que embora não tivesse presente o valor solicitado, sabia que estava prevista uma redução relativamente ao contrato anterior. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor**, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Dez abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Raquel Louro Vieira Correia, quatro dos

eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira.” -----

-----  
**4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de julho a outubro de 2017, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

-----  
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram zero horas e trinta minutos. -----

-----

-----  
-----  
-----